

ISSN 2695-8600



Cuaderno de Resúmenes

II CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE GLOBALIZACIÓN, ÉTICA Y DERECHO

Organización:
Gilvan Luiz Hansen
Eder Fernandes Monica

*Editado en Ourense, España, por la
Universidad de Vigo y Universidade
Federal Fluminense*



INSTITUTO GILVAN HANSEN



Universidade de Vigo

CUADERNO DE RESÚMENES

**II CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE
GLOBALIZACIÓN, ÉTICA Y DERECHO**

Eder Fernandes Monica
Gilvan Luiz Hansen
(organizadores)

CUADERNO DE RESÚMENES

**II CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE
GLOBALIZACIÓN, ÉTICA Y DERECHO**

*Editado en Ourense, España, por la
Universidad de Vigo y Universidade
Federal Fluminense*



INSTITUTO GILVAN HANSEN



Universidade de Vigo

M744 MONICA, Eder Fernandes; H249 HANSEN, Gilvan Luiz (Orgs.).

CUADERNO DE RESÚMENES: II Congreso Internacional Globalización, Ética y Derecho. MONICA, E. F.; HANSEN, G. L. (Orgs.). - Ourense: Universidade de Vigo, 2018
49 p.

ISSN 2695-8600

1. Democracia 2. Derecho 3. Política 4. Ciudadanía
I. Título. II. Autor.

CDD: 340
CDU: (058)

II CONGRESSO INTERNACIONAL GLOBALIZAÇÃO, ÉTICA E DIREITO

Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense – UFF
Niterói, Rio de Janeiro – Brasil

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Gilvan Luiz Hansen (PPGDIN/UFF)
Prof. Dr. Edson Alvisi Neves (PPGDIN/UFF)
Prof. Dr. Antón Lois Fernández Álvarez (PPGDIN/UFF)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. André Hacl Castro (DeCiED)
Dr. Bruno Stigert de Sousa (UFJF)
Dr. Cândido Francisco Duarte Silva (UFF)
Dra. Célia Barbosa de Abreu (UFF)
Dra. Clara Isabel Fernández Rodicio (UVIGO)
Dr. Clóvis Ricardo Montenegro de Lima (IBICT)
Dr. Eder Fernandes Monica (UFF)
Dra. Fernanda Pontes Pimentel (UFF)
Dr. Fernando Gama de Miranda Netto (UFF)
Dr. Guillermo Suárez Blázquez (UVIGO)
Dr. José Ricardo Ventura Correa (DeCiED)
Dr. Luís Antonio Cunha Ribeiro (UFF)
Dra. Mariana Devezas R. M. de Menezes (UFF)
Dr. Ozéas Correa Lopes Filho (UFF)
Dr. Plínio Lacerda Martins (UFF)
Dr. Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão (UFF)
Dr. Rubens de Lyra Pereira (DeCiED)
Dr. Sérgio Gustavo de Mattos Pauseiro (UFF)
Dr. Sérvio Túlio Vieira Santos (UFF)
ra. Tânia Márcia Kale (UNESA)
Dr. Virxílio Rodríguez Vázquez (UVIGO)

SUMÁRIO

PRESENTACIÓN	09
A ALIENAÇÃO PARENTAL NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA FREUDIANA	11
A FORMA DE RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO ALTO DA BOA VISTA: DECLARAÇÃO DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	12
A LINGUAGEM JURÍDICA COMO EMPECILHO AO ACESSO À JUSTIÇA TRABALHISTA	13
A MEDIAÇÃO ORGANIZACIONAL E O RESGATE DA AUTONOMIA POR MEIO DA AÇÃO COMUNICACIONAL	14
A NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE AO POBRE PARA O PLENO EXERCÍCIO DE SUA CIDADANIA	15
A UNIÃO HOMOAFETIVA E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO RECONHECIMENTO DA PLURALIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO.....	16
ACESSO À INFORMAÇÃO E CONFIANÇA NA MODERNIDADE: BREVE ANÁLISE CRÍTICA ENTRE BRASIL E HONDURAS NA ÓTICA DA LEI MODELO INTERAMERICANA	17
ACESSO À INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA	18
ALIMENTAÇÃO E SAÚDE EM CONVERGÊNCIA: uma análise das obrigações correlativas do Estado na promoção do direito humano à ali- mentação adequada.....	19
ANALISE CRITICA DA ÉTICA NO COMPLIANCE: EMANCIPAÇÃO E CONFIANÇA INSTITUCIONAL	21
DISCURSO DE APLICAÇÃO NA TEORIA DE KLAUS GUNTHER: CRÍTICAS À TEORIA DE DWORKIN	22
DIVERSIDADE FAMILIAR.....	23

ECONOMIA DIGITAL: REGULAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS E MARKETING VIRTUAL	24
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	25
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS.....	27
MENINOS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL DOMÉSTICO: Uma análise dos dados da violência no município de São Gonçalo.....	28
O CUIDADO COMO UM VALOR ÉTICO DA HUMANIDADE E PRINCÍPIO UNIVERSAL DO DIREITO À VIDA E À UMA EXISTÊNCIA DIGNA	29
O DIREITO E OS INFLUENCIADORES DIGITAIS: COMO CONCILIAR O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E AS NOVAS FORMAS DE PUBLICIDADE	30
O DIREITO HUMANO À ÁGUA EM TEMPO DE ESCASSEZ: injustiça hídrica e o comprometimento do desenvolvimento de grupos vulneráveis	31
O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO BRASIL E SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM O ESPAÇO URBANO.....	32
O IMPACTO DAS COBRANÇAS INDEVIDAS E ABUSIVAS DE CUNHO CONSUMERISTA NA ESFERA JUDICIAL BRASILEIRA.....	33
O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DOS COMITÊS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS EM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÃO NO BRASIL	35
O PARADIGMA FAMILIAR E A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO REPERSONALIZADO	36
O SUPERENDIVIDAMENTO E OS CONTRATOS BANCÁRIOS: CAUSAS E EFEITOS NO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO	37
OS DESAFIOS DA REFORMA TRABALHISTA.....	38
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA MINORIAS: OS TRANSGÊNEROS	39
POSITIVISMO JURÍDICO EM KELSEN, NAZISMO E NEOCONSTITUCIONALISMO: RETROSPECTO E REFLEXÃO	40

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E SOCIEDADE: Núcleo de Prática Jurídica como estímulo da autonomia por meio da mediação comunitária e alternativa à judicialização	41
SAÚDE PÚBLICA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO NO EMBATE ENTRE MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO POSSÍVEL: uma análise do Recurso Especial nº 1.366.337/RS	42
“TODO DIA UM 7 A 1 DIFERENTE”: CONSUMISMO E CONTEMPORANEIDADE	43
TRABALHO DA GESTANTE NOS LOCAIS INSALUBRES: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA VISÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A SAÚDE	45
O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E OS DIREITOS SEXUAIS	46
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INTERNET DAS COISAS (IoT) NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES INTELIGENTES	47
AUTONOMIA PESSOAL E DIREITO NUMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA	49

PRESENTACIÓN

En 2017, comenzamos un proyecto académico con expectativas y temores, ya que queríamos generar buenos resultados con la creación de un evento científico internacional, pero al mismo tiempo no teníamos certeza sobre el éxito de la empresa. Sin embargo, el éxito del primer evento nos trajo la convicción de la decisión correcta y decidimos celebrar, ahora en 2018, el II Congreso Internacional sobre Globalización, Ética y Derecho (II CIGED).

El II CIGED emerge para ocupar un espacio de reflexión en la Universidad sobre temas contemporáneos que afectan a las sociedades de todo el mundo. Entre ellas se encuentran las situaciones derivadas del fenómeno de la globalización a nivel planetario que se ha visto afectado desde el siglo XX; esta discusión impregna los temas ético-morales y los enfoques jurídico-políticos de estos temas.

La importancia de este evento académico se centra en dos aspectos: en primer lugar, porque configura la preocupación de transformar la Universidad en un espacio institucional para la reflexión de los problemas sociales de manera multidisciplinaria, en diálogo permanente con las diversas instituciones que conforman la sociedad. En segundo lugar, porque busca discutir los temas motivadores del evento de manera colaborativa entre instituciones universitarias y organizaciones sociales de diferentes naciones, en una asociación que permite una visión más rica y holística de los fenómenos del mundo contemporáneo, evaluada y abordada desde perspectivas internacionales.

Es por eso que, en un intercambio de esfuerzos y proyectos de las Universidades brasileñas (Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual de Londrina) con instituciones universitarias españolas (Universidade de Vigo), continuamos la asociación, confiando en que podemos contribuir a las sociedades de todo el mundo, para que

puedan comprender mejor sus problemas y sus desafíos. Nuestro compromiso siempre ha sido contribuir a la construcción de sociedades democráticas, comprometidas con elementos éticos y morales; Todo esto se basa en los parámetros del estado de derecho moderno, destinado a promover la igualdad, la libertad y la solidaridad.

Esta publicación contiene los resúmenes de los trabajos presentados por estudiantes y profesores de las áreas de Ciencias Sociales Aplicadas (Derecho, Sociología, Ciencia Política, Administración, Economía), en Grupos de Trabajo (Paneles) donde se profundizaron las discusiones.

Esperamos que estos resúmenes se refinen para convertirse en artículos definitivos y maduros, como resultados finales de este II Congreso Internacional de Globalización, Ética y Derecho (II CIGED). Por ahora, ya nos dan una idea del escenario de las discusiones, por eso se publican aquí.

Galicia, otoño de 2018

Antón Lois Fernández Álvarez

Elve Miguel Cenci

Gilvan Luiz Hansen

A ALIENAÇÃO PARENTAL NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA FREUDIANA

ASSUMPCÃO, Daniel Brilhante de

Bacharel em Direito. Graduação em Negócios Imobiliários.

Especialização em Direito Empresarial.

mattosbrilhante@gmail.com

MATTOS, Simone Brilhante de

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito

da Universidade Federal Fluminense e advogada tributarista.

jusfederal_brilhante@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a Lei 12.318/10 no contexto do Direito De Família, ou seja, a questão da alienação parental na cultura da família brasileira. Dentro dessa perspectiva, será realizada uma análise da lei, questionando-se os motivos que levam esta prática a ser considerada comum entre os familiares no Brasil, valendo-se ainda da conjugação desses elementos com a percepção geral da família em uma visão freudiana.

Palavras-Chaves: Alienação Parental, prática familiar, cultura.

A FORMA DE RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO ALTO DA BOA VISTA: declaração de especial interesse social como instrumento de regularização fundiária

ALFAYA, Natalia Maria Ventura da Silva

*Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
da Universidade Federal Fluminense - UFF
naty.alfaya@gmail.com*

MEDA, Renata Vieira

*Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos,
Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense – UFF
renatameda@hotmail.com*

Resumo: As discussões a respeito das áreas de conservação ambiental foram desenvolvidas desconsiderando as posições e necessidades específicas das comunidades tradicionais que ocupam tais espaços, o que torna os debates insuficientes. O objetivo do presente artigo é incorporar estas questões, focando especialmente na área pública municipal ocupada por quilombolas, na região do Alto da Boa Vista inserida na Unidade de Conservação de Proteção Integral – o Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro. Apresentando, ao final, como tentativa de conciliação de todos estes interesses, a formalização da área como área de Especial Interesse Social. Resguardando, assim, tanto as necessidades de conservação ambiental, como os direitos culturais dos povos quilombolas que tradicionalmente ocupam a área.

Palavras-chave: Unidade de conservação; populações tradicionais; Área de especial interesse social.

A LINGUAGEM JURÍDICA COMO EMPECILHO AO ACESSO À JUSTIÇA TRABALHISTA

MENDES, Andréia Almeida

Doutora em Linguística – UFMG,

E-mail: andreialetras@yahoo.com.br

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas

Doutoranda em Justiça Administrativa - UFF,

E-mail: fernandafranklinseixas@gmail.com

SILVA, João Pedro Schuab Stangari

Graduando em Direito, FACIG/Manhuaçu,

E-mail: joaopedroschuab@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objeto a linguagem jurídica e o acesso à justiça trabalhista, direito humano e essencial ao completo exercício da cidadania, que deve proporcionar igualmente ao cidadão trabalhador integrar-se ao sistema jurídico em busca de efetivar um direito social ao qual é titular, tendo como escopo compreender como a complexidade da linguagem jurídica pode servir de obstáculo à efetividade da justiça social. Para tanto, será desenvolvida uma pesquisa de revisão bibliográfica, analisando criticamente o papel da linguagem na organização do campo de lutas pelo capital simbólico, e de Miguel Reale (2000) fazendo uma abordagem descritiva e valorativa de como a linguagem forense é um pressuposto essencial para penetrar no mundo jurídico, podendo ser considerada condição intencional de exclusão de massa a direitos sociais e fundamentais e a própria plenitude da dignidade humana. Partiu-se do pressuposto de que o excesso de rebuscamento, formalismo e terminologias difíceis é uma forma de afastar os cidadãos que estão em busca de tutela jurisdicional o que dificulta a implementação de direitos e garantias tidos como fundamentais; isso tudo se constitui em uma barreira para a sociedade compreender o próprio Direito, impedindo o efetivo acesso à justiça.

A MEDIAÇÃO ORGANIZACIONAL E O RESGATE DA AUTONOMIA POR MEIO DA AÇÃO COMUNICACIONAL

PEREIRA, Rubens de Lyra

*Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais na
Universidade Federal Fluminense (UFF)
herrubens@gmail.com*

NASCIMENTO, Verônica Batista

*Doutoranda em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF)
adv_veronica30@hotmail.com*

Resumo: Os conflitos que naturalmente surgem no cotidiano das sociedades precisam encontrar um freio, ao menos, que minimize a sua dimensão para que haja um equilíbrio que se direcione à pretensão de paz social. Assim, faz-se importante a abordagem sobre uma das formas de resolução de conflitos, a mediação que é baseada na autonomia dos envolvidos em conflitos e maior comunicação, mais especificamente a um tipo de mediação dentre vários já existentes, que é a mediação organizacional. Tal forma pode ser utilizada no meio institucional público ou privado, e em relação a este último trazemos menção de caso em que o uso desse modo de resolução foi e tem sido adequado e eficaz.

Palavras-chave: Mediação; Organização; autonomia; comunicação.

A NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE AO POBRE PARA O PLENO EXERCÍCIO DE SUA CIDADANIA

RIBEIRO, Alexander Lacerda

Doutorando em Direito, UBA

alexanderchequer@yahoo.com.br

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas

Doutoranda em Direito, UFF

fernandafranklinseixas@gmail.com

COSTA, Rosinete Cavalcante da

Mestre em direito, FACIG Manhuaçu – MG

prof.rosinete@gmail.com

Resumo: O presente texto procurou verificar a necessidade de concessão da gratuidade ao pobre para o pleno exercício de sua cidadania, não somente no âmbito do judiciário, mas em várias outras áreas, como educação, saúde e transporte. Buscando-se identificar quais as legislações têm estes direitos garantidos, se os atos públicos e as certidões ditas como gratuitas realmente estão ao alcance do indivíduo pobre. Viabilizando o estudo através de uma abordagem qualitativa, através de uma pesquisa bibliográfica, a partir da leitura de códigos, leis, decretos e doutrina, legislações, já são reconhecidos gratuitamente ao indivíduo considerado pobre. Tendo alcançado como resultado a percepção que se faz necessária a concessão da gratuita ao indivíduo considerado pobre em vários âmbitos do direito para que o mesmo possa alcança uma cidadania plena.

Palavras-chave: Cidadania; dignidade; gratuidade; Justiça; direitos fundamentais.

A UNIÃO HOMOAFETIVA E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO RECONHECIMENTO DA PLURALIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

SILVA, Denis Franco

*Doutor em Direito pela PUC-Rio e Professor da UFJF.
denisfrancosilva@yahoo.com.br*

COSTA, Ramon Silva

*Mestrando em Direito pela UFJF.
ramoncostta@outlook.com*

Resumo: O artigo investiga o acesso à justiça e o reconhecimento de direitos de uniões homossexuais no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A metodologia empregada é a de análise de decisões, conjuntamente com a revisão bibliográfica. Partindo-se do pressuposto que a maioria dos sujeitos utiliza serviços de advocacia privada e levando-se em conta a ausência de decisões voltadas para um reconhecimento complexo dessas relações familiares, há a proposta de mecanismos iniciais que respaldem a pluralidade do grupo LGBTI, assim como analisa o papel da Defensoria Pública em um processo de reconhecimento efetivo e plural do Judiciário acerca das uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Palavras-Chave: União Homoafetiva; Defensoria Pública; Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; LGBTI; Pluralidade.

ACESSO À INFORMAÇÃO E CONFIANÇA NA MODERNIDADE: BREVE ANÁLISE CRÍTICA ENTRE BRASIL E HONDURAS NA ÓTICA DA LEI MODELO INTERAMERICANA

SILVA, Fábio Machado da

*Mestre em Direito no programa PPGJA -UFF
profadm2001@yahoo.com.br*

Resumo: O presente trabalho é fruto das reflexões durante o curso de Mestrado Direito da Universidade Federal Fluminense. O objetivo geral foi iniciar reflexões e analisar de forma breve os diversos sistemas de Acesso à Informação no mundo com um destaque para o comparativo entre as diversas legislações da Europa e dos países da América Latina, com base na Lei modelo interamericana. Nesse artigo focaremos um breve comparativo entre a Lei de Acesso à Informação do Brasil e de Honduras, com base na lei modelo interamericana. Para tanto, partimos da análise crítica de alguns pontos da Lei de Acesso à Informação no Brasil (Lei 12.527/2011) e da Lei correspondente em Honduras (Lei de transparência e acesso à informação pública – Decreto nº.170-2006). Com essas análises, refletimos como tais legislações encontram pontos positivos e negativos no parâmetro da lei modelo interamericana. Nessa linha de ideias, estabelecemos discussões sobre os pontos comuns e divergentes entre as leis dos países aqui tratados.

Palavras-chave: Acesso à Informação, Direito, Justiça Administrativa, instituições.

ACESSO À INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA

ALBUQUERQUE, André Lobianco de

Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

andre_lobianco@id.uff.br

GIGLI, Matheus Araujo

Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

matheusgigli@id.uff.br

RAMADA, Paula Cristiane Pinto

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

paularamada13@terra.com.br

Resumo: O presente artigo tem como tema central o direito fundamental à informação oficial como instrumento para concretização do regime democrático. Nesse sentido, faz-se uma avaliação a respeito do papel do direito à informação, garantia jurídica indispensável aos cidadãos, na construção da democracia. Examina-se em que medida o acesso à informação governamental viabiliza o controle democrático das atividades prestadas pelo poder público, a fim de que se mantenham sólidos os princípios de democracia e transparência dos Estados Democráticos de Direito.

Palavras-chave: 1. Direito à informação 2. Democracia 3. Acesso à informação.

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE EM CONVERGÊNCIA: uma análise das obrigações correlativas do Estado na promoção do direito humano à alimentação adequada

Daniela Juliano Silva

Doutora (2015-2018) e Mestra (2013-2015) em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
danjulsil@yahoo.com

Tauã Lima Verdan Rangel

Doutor (2015-2018) e Mestre (2013-2015) em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
taua_verdan2@hotmail.com

Resumo: É fato que alimentação e nutrição são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, viabilizando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania, tal como estruturação de condições sociais mais próximas das ideais. Em âmbito internacional, a partir de 1994, com a Declaração de Roma, o direito à alimentação passou a figurar como direito humano e pautado no trinômio disponibilidade, acessibilidade e adequação. Em relação à disponibilidade do alimento, destaca-se que, quando requisitado por uma parte, a alimentação deve ser obtida dos recursos naturais, ou seja, mediante a produção de alimentos, o cultivo da terra e pecuária, ou por outra forma de obter alimentos, a exemplo da pesca, caça ou coleta. Pressupõe-se, em relação à disponibilidade alimentar, que o direito reclama uma alimentação natural, com o mínimo de acréscimo de pesticidas e similares, tal como o combate aos transgênicos. No debate acerca dos alimentos transgênicos, sobretudo sua utilização na afirmação do direito em comento, há defensores que entendem que aqueles serviriam para subsidiar a materialização do direito em comento, porquanto seriam capazes de colocar

fim à fome, em especial nos países em que essa é extrema e alcançam índices alarmantes, tal como poderá influenciar diretamente no barateamento dos gêneros alimentícios. Ocorre, porém, que o direito à alimentação não deve ser encarado como sinônimo de utilização de qualquer fonte alimentar, mas sim gêneros que sejam quantitativa e qualitativamente detentores de condições mínimas, residindo em tal debate o artigo proposto.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Direito Humano à Alimentação Adequada. Efetivação.

ANALISE CRÍTICA DA ÉTICA NO COMPLIANCE: EMANCIPAÇÃO E CONFIANÇA INSTITUCIONAL

SILVA, Fábio Machado da

Mestre em Direito no programa PPGJA -UFF
profadm2001@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de realizar uma análise crítica do instituto da *compliance* sob a ótica da emancipação social e da confiança. Para tanto, devemos compreender que a *compliance* pode ser concebida como um sistema abstrato de integridade que envolve múltiplas éticas e interesses. Com essa compreensão, passaremos a refletir, como esse sistema abstrato pode, de um lado, ocultar lógicas do mercado e outros sistemas e, de outro lado, proporcionar uma universalização de procedimento ético empresarial. Nessa linha de idéias, estabeleceremos discussões para conhecimento de como o *compliance* poderá inovar na construção e ampliação dos programas de integridade empresarial, resultando em uma colaboração para conhecimento do instituto e sua relação com as instituições administrativas públicas.

Palavras-chave: Direito, *compliance*, instituições.

DISCURSO DE APLICAÇÃO NA TEORIA DE KLAUS GUNTHER: CRÍTICAS À TEORIA DE DWORKIN

BOULHOSA FILHO, Ernesto Feio

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito,
Instituições e Negócios do PPGDIN/UFF.
boulhosajus@gmail.com*

Resumo: O intuito deste trabalho é explicitar o conceito de discurso de aplicação de Klaus Gunther, situando-o no contexto do debate a respeito do positivismo jurídico anglo saxão, nos termos de Hart e Dworkin, será explicado como ele se posiciona em relação à problemática da indeterminação do direito. Gunther realizando uma reinterpretação da teoria de Dworkin defenderá que é necessária uma teoria que associe moral com o direito a fim de preservar a pretensão de uma resposta correta face à textura aberta do direito. Entretanto, incorporando pressupostos habermasianos, defenderá a necessidade de uma teoria da resposta correta que também seja sensível ao problema do pluralismo cultural e da complexidade das sociedades contemporâneas em que o intérprete juiz possui tempo e saber limitado para resolver as demandas. O discurso de aplicação de Gunther tentará responder a essas problemáticas por meio de uma teoria das condições formais e dialógicas da argumentação em que o juiz e as partes sejam sensíveis a todos os aspectos relevantes do caso concreto.

Palavras-chave: Filosofia do Direito; Teoria do Direito; Filosofia.

Flávia Monteiro Carvalho Barbosa

*graduada pela Universidade Veiga de Almeida,
pós-graduanda em Direito de família e Sucessões monteiroflavia3@gmail.com*

Leonora Roizen Albek Oliven

*Doutora em Direito e mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela
Universidade Veiga de Almeida. Docente na UVA e no IBMEC.
leonora.oliven@gmail.com*

Resumo: O trabalho analisa as transformações e pluralismo nas relações familiares e a efetividade da tutela constitucional nesses novos arranjos. Parte-se da premissa que a multiplicidade atuou modificando a estrutura social brasileira, rompendo com o modelo tradicional da família advinda tão somente do casamento, ressignificando o conceito jurídico das famílias. Sendo plurais, admitem novas relações de gênero, de parentalidades e de afetos, reorganizando-se para acomodar os laços, funções e valores das entidades familiares. As respostas jurídicas contemporâneas demandam o enfrentamento pela historicidade do direito, com pesquisa fundamental e explicativa, usando procedimentos bibliográfico e documental, considerando os textos legais e literatura específica.

Palavras-chave: diversidades; famílias; solidariedade; pluralismo

ECONOMIA DIGITAL: REGULAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS E MARKETING VIRTUAL

CORRÊA, Camila Braga

Mestranda em Justiça Administrativa – PPGJA/UFF
camilabragacorrea@gmail.com

COÊLHO, Diego Henrique Damasceno

Mestrando em Justiça Administrativa – PPGJA/UFF
diego_coelho@id.uff.br

OLIVEIRA, Leônidas Meireles Mansur Muniz de

Mestre em Direito Empresarial - Faculdade de Direito Milton Campos
leonidasmansur@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo tem por objetivo apresentar os aspectos mais relevantes acerca da tributação e regulação de criptomoedas e do marketing digital, contextualizando aspectos econômicos, sociais e políticos destes novos setores de circulação financeira e de mercadorias (como produtos e serviços), cruzando e correlacionando informações, consultadas em bases físicas e virtuais, tendo em vista o caráter hipotético-dedutivo, e pelos métodos investigativo, comparativo e questionador, sob o prisma das perspectivas mundiais mais influentes quanto a pontos polêmicos ainda não normatizados adequadamente em muitos países, além de comentar os principais marcos regulatórios no Brasil, elaborados principalmente no biênio 2016-2017 e no primeiro semestre de 2018, mas que já representam uma nova forma de pensar da economia digital, face aos inevitáveis impactos jurídicos e processuais que Estado possivelmente enfrentará, caso procrastine na criação dos parâmetros de cunho legislativo.

Palavras-chave: economia digital; regulação; tributação; criptomoeda; marketing virtual

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

TEMER, Milena Cirqueira

Especialista em Direito Público, mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social; professora e advogada
milenatemer@hotmail.com

SILVA ANTUNES, Rosana Maria de Moraes

Especialista em Processo do Trabalho e Direito do Trabalho, Mestre em Justiça Administrativa e Doutoranda em Justiça Administrativa

ALVIM, Thaysa Kassis de Faria

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; professora e advogada
thaysaalvim@yahoo.com.br

Resumo: A saúde hoje é tema bastante discutido na jurisprudência brasileira e em especial na justiça mineira. O crescente número de processos envolvendo saúde no Estado de Minas Gerais encontra relação em óbices administrativos por parte do SUS, inviabilizando a dignidade humana e a própria saúde do paciente, direitos estes previstos na Constituição Federal do Brasil. As políticas públicas voltadas à saúde são eficientes, mas os gestores, os recursos financeiros e mesmo o nosso ordenamento jurídico, causam entraves e aumento das discussões em âmbito nacional, local e estadual. Os NATs têm atuação interdisciplinar, auxiliando os magistrados nas decisões judiciais de saúde, quando a expertise em saúde é exigida do juiz da causa e este não o tendo, procura ajuda dos profissionais peritos no assunto retratado nos autos do processo. O trabalho teve como objetivo analisar as decisões colegiadas na judicialização da saúde no Estado de Minas Gerais. O tipo de estudo documental com dados secundários extraídos do site do TJMG, no período de 2014 a 2017. Os desfechos das decisões colegiadas na judicialização da saúde no Estado de Minas Gerais decorrem do acesso à justiça, princípio este expressamente previsto na nossa Constituição Federal, a garantir os interesses dos cidadãos/usuários do

SUS. Contudo, ainda que as decisões judiciais sejam justas, legais e constitucionais, as políticas públicas em matéria de saúde encontram entraves na obrigatoriedade de recorrer por parte das Fazendas Públicas em casos de decisões condenatórias de valores acima de 100 salários mínimos, na forma do que dispõe o Código de Processo Civil de 2015, em seu artigo 496, bem como da ausência de recursos públicos, todavia, sem a respectiva prova da falta deles a custear o direito do paciente/cidadão.

Palavras-chave: Judicialização da saúde; Políticas Públicas; Medicamentos; Dignidade Humana.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

GOMES, Fábio da Costa Batista

*Graduando em Direito, FACIG,
fabiocbg1@gmail.com*

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas

*Doutoranda em Justiça Administrativa, UFF,
fernandafranklinseixas@gmail.com*

ANTUNES, Rosana Maria de Moraes e Silva

*Doutoranda em Justiça Administrativa, UFF,
rosanadvogada@gmail.com*

Resumo: O presente artigo traz uma abordagem crítica a respeito dos impactos da atual legislação brasileira no combate ao desperdício de alimentos. No cenário atual de um Brasil colapsado em que se vive, essa pesquisa se inseriu com a intenção de valorar a eficácia da norma jurídica em combater o desperdício, ou, no fracasso desta, quais alterações deveriam ser feitas para maximizar os resultados e estimular a doação destes víveres para pessoas que se encontram em situação de miséria ou insegurança alimentar. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com revisão integrativa da literatura, artigos científicos, notícias e dados estatísticos, além de avaliar projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e legislações estrangeiras sobre o assunto. Tudo isso convergiu para o entendimento de que há necessidade urgente de atualizar o arcabouço jurídico brasileiro, pois a situação atual mostra a dificuldade para combate ao desperdício de alimentos, com leis que vão de encontro a doação de excedentes e que se transformam em verdadeiros gargalos legislativos.

Palavras-chave: Desperdício de Alimentos; Doação de Alimentos; Combate à fome; Legislação Arcaica; Direitos Fundamentais.

MENINOS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL DOMÉSTICO: Uma análise dos dados da violência no município de São Gonçalo

SILVA, Franklin de Lima

*Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional
pela Universidade Federal Fluminense
franklinlima.seso@yahoo.com.br*

Resumo: Este trabalho consiste em analisar criticamente a subnotificação dos casos de abuso sexual perpetrado contra meninos, no âmbito doméstico – no Estado do Rio de Janeiro – enquanto expressão da questão social, a fim de proporcionar reflexão sobre esta temática, com vista à socialização de conhecimento acerca do sistema de opressão/exploração e dominação que incorpora as dimensões da sexualidade e da relação de gênero e geração no contexto familiar. O objeto de análise deste artigo é o abuso sexual doméstico contra meninos no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, trata-se do estudo do fenômeno da violência e sua implicação, como expressão da questão social, nas relações sociais. A análise do objeto de pesquisa nos permite imergir nas discussões que envolvem direitos humanos e sua importância na defesa à vida de todos e todas, inclusive das minorias sociais, além de fomentar políticas públicas que visem à prevenção e o tratamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Assim como o estudo contribui para dar visibilidade às questões da violência sexual contra meninos, ele pretende produzir conhecimento material para qualificar ainda mais a atuação de profissionais do Direito e outras categorias, que se dispõem a trabalhar com esse público inserido na relação de abuso sexual, tendo como objetivo final, o fornecimento de meios que identifiquem os possíveis fatores de riscos e agravos presentes na vida desses meninos, colaborando para o desenvolvimento de instrumentos e técnicas profissionais.

Palavras-chave: Meninos; Abuso Sexual; Violência Doméstica; Gênero; Políticas Públicas.

O CUIDADO COMO UM VALOR ÉTICO DA HUMANIDADE E PRINCÍPIO UNIVERSAL DO DIREITO À VIDA E À UMA EXISTÊNCIA DIGNA

SOARES, Wladimir Tadeu Baptista

Universidade Federal Fluminense, Médico e Professor do Departamento de Medicina Clínica, Niterói, Brasil
wladuff.huap@gmail.com

CARDOSO, Valdilene Simões

Instituto Nacional do Câncer (HC-1), Médica Cirurgiã Oncológica, Rio de Janeiro, Brasil
valdilenecardoso@gmail.com

BAPTISTA, Mariana Sanguedo

Advogada, Niterói, Brasil
marisanguedo@gmail.com

Resumo: Este artigo visa discutir o “cuidado” como um Princípio Constitucional implícito, relacionado aos direitos individuais, sociais e coletivos, sendo observado também em diversos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos, estruturante do direito à saúde e elemento fundamental do direito à uma vida digna. Os métodos utilizados nessa pesquisa foram o exegético, interpretativo, comparado, jurídico, jurídico-doutrinal e jurídico-dogmático. Essa pesquisa se justifica por elevar o cuidado à uma das dimensões da Democracia, desenvolvendo-se a partir do estabelecimento de um conceito de cuidado e as suas íntimas relações com os Princípios da Fraternidade e Solidariedade, todos eles encontrando no SUS (Sistema Único de Saúde) um ambiente próprio à sua realização.

Palavras-chave: Cuidado, Fraternidade, Solidariedade, Dignidade da pessoa humana, Sistema Único de Saúde, cidadania

O DIREITO E OS INFLUENCIADORES DIGITAIS: COMO CONCILIAR O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E AS NOVAS FORMAS DE PUBLICIDADE

NASCIMENTO, Amanda Perlingeiro Guisã do

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense; amanda.perlingeiro@gmail.com

MARTINS, Plínio Lacerda

*Professor Assistente da Universidade Federal Fluminense,
Doutor em Direito pela UFF;
pliniolacerda@terra.com.br*

KHAUAJA, Pedro Odebrecht

Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense; e-mail: pedro.odebrecht@hotmail.com

Resumo: Dentro do contexto de uma mutação nas formas de se fazer publicidade, e até mesmo nas próprias formas de consumir, este trabalho almeja entender o comportamento dos influenciadores digitais, e encontrar meios para diferenciar a mensagem publicitária da mera expressão de opinião pessoal. A partir disso, pretende-se auxiliar a doutrina de direito do consumidor a melhor lidar com os futuros desafios que surgirão no meio digital, advindos desse “novo” mecanismo de publicidade, e aplicar corretamente o Código de Defesa do Consumidor nas situações vindouras.

Palavras-chaves: Influenciadores digitais; publicidade; opinião pessoal; Código de Defesa do Consumidor;

O DIREITO HUMANO À ÁGUA EM TEMPO DE ESCASSEZ: injustiça hídrica e o comprometimento do desenvolvimento de grupos vulneráveis

Tauã Lima Verdan Rangel

Doutor (2015-2018) e Mestre (2013-2015) em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense
taua_verdan2@hotmail.com

Resumo: O escopo do presente é analisar o reconhecimento da fundamentalidade do acesso à água potável. Há muito tempo a comunidade global discute, sob diferentes aspectos, a importância da água para o ser humano, com ênfase no consumo humano. Valendo-se do método dedutivo e análise qualitativa, ao final do trabalho, demonstrar-se-á a relação existente entre a dignidade da pessoa humana e o direito ao acesso à água com vistas a reconhecer a sua fundamentalidade, com enfoque na mudança de paradigma, principalmente quanto à nova concepção de direito difuso e sob a abrangência do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras-chave: água; dignidade da pessoa humana; direito difuso; meio ambiente.

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO BRASIL E SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM O ESPAÇO URBANO

Natalia Silveira Alves

Mestre em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação

Stricto Sensu em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense.

natalia.silveira.alves@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar a relação existente entre o espaço urbano e o exercício da cidadania no Brasil. Pretende-se, a partir da compreensão do espaço como produtor e produto da sociedade, examinar esta relação entre o espaço e a consolidação da consciência cidadã e analisar como ela se expressa no Brasil, cuja realidade social apresenta altos níveis de desigualdade e o poder de império do Estado ainda se sobrepõe às necessidades básicas da população, como moradia e vida digna.

Palavras-chave: espaço urbano; cidadania; Brasil

O IMPACTO DAS COBRANÇAS INDEVIDAS E ABUSIVAS DE CUNHO CONSUMERISTA NA ESFERA JUDICIAL BRASILEIRA

ÁLVAREZ, Anton Lois Fernández

*Doutor em Direito pela Universidade de Vigo (Espanha),
professor visitante da UFF.
alfa@uvigo.es*

CORRÊA, Camila Braga

*Mestranda em Justiça Administrativa (PPGJA) – UFF
camilabragacorrea@gmail.com*

COELHO, Diego Henrique Damasceno

*Mestrando em Justiça Administrativa (PPGJA)
diego_coelho@id.uff.br*

Resumo: O presente artigo se propõe a dar visibilidade ao problema da expressiva demanda judicial e extrajudicial envolta das cobranças indevidas e abusivas, delineando os contornos da discussão quanto aos conceitos e posicionamentos teóricos alinhados a uma perspectiva estatística, de análise de resultado, mas voltada principalmente para seus efeitos. Para a análise do objeto deste estudo examinou-se a atuação administrativa do SINDEC e do próprio poder judiciário diante de dados coletados em relatórios, bem como a postura adotada pelos consumidores e pelos fornecedores diante da relação consumerista, em especial, as que se voltam para a prática a cobrança indevida e abusiva, além das consequências para cada um dos envolvidos e para o poder judiciário. O corte metodológico foi desenvolvido partindo da revisão bibliográfica diante do método jurídico-doutrinal, num procedimento quantitativo-qualificativo descritivo de conceitos e resultados. Conclui-se que as cobranças indevidas e abusivas são em grande parte causa da morosidade do judiciário e que para ser afastada há a neces-

cidade da aplicação das técnicas e instrumentos da análise econômica do direito.

Palavras-chave: cobrança indevida; cobrança abusiva; litigiosidade repetitiva; economia do direito.

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DOS COMITÊS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS EM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÃO NO BRASIL

ANDRADE, Juliana Loss de

Doutoranda em Direito Privado pela Universidade Panthéon Sorbonne Paris I.

Mestre em Direito pela Universidade Carlos III de Madrid.

juliana.loss@fgv.br

AGUIAR, João Benício Vale de

Pesquisador em Solução de Conflitos na FGV Mediação.

Graduando em direito na FGV DIREITO RIO.

joaobenicio@outlook.com

MARTINS, Maria Fernanda de Oliveira Dyma

Pesquisadora em Solução de Conflitos na FGV Mediação.

Graduanda em direito na FGV DIREITO RIO

maria.martins2015@fgvmail.br

Resumo: Este artigo analisa o modelo de desenvolvimento dos Comitês de Resolução de Disputas como mecanismo de prevenção e solução de conflitos relacionados a contratos de infraestrutura e construção no Brasil.

Palavras-chave: Comitê de Resolução de Disputas; Contratos de Infraestrutura; Mecanismos de Solução de Controvérsias.

O PARADIGMA FAMILIAR E A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO REPERSONALIZADO

ARAÚJO, Litiane Motta Marins

*Mestre em Direito pela Unesa, Unigranrio,
litianemarins@gmail.com*

MATOS, Lucia Helena Ouvernei Braz de

*Mestre em Direito pela Unesa, Unigranrio,
matos.lucia@gmail.com*

GUERRA NETO, Renato Meirelles

*Mestre em Direito pela UCP, Unifeso,
Renato.meirelles@hotmail.com*

Resumo: O Direito de família tradicional apresentava teor fortemente patrimonialista. As inspirações jurídicas ou tentativas de interpretação mais hodierna desvelam um fenômeno denominado de repersonalização, que evidencia o interesse pessoal e humano, isto é, não venal ou de bens materiais. Está fundado no afeto. Ele é o aglutinador nuclear e preponderante de um novo horizonte das relações familiares. É a restauração da primazia da pessoa nas relações familiares pelo que é e não pelo que possui como contribuintes afirmadores diretos de afetividade e dignidade.

Palavras-chave: Família. Repersonalização. Evolução. Afeto. Identidade;

O SUPERENDIVIDAMENTO E OS CONTRATOS BANCÁRIOS: CAUSAS E EFEITOS NO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO

ROCHA, Ana Luiza Peixoto

*Graduanda em Direito pela UFF,
ana-luizapeixoto@hotmail.com*

NAKAYAMA, Isabela Reis

*Graduanda em Direito pela UFF,
isabelanakayama@gmail.com*

MARTINS, Plínio Lacerda

Professor Assistente da Universidade Federal Fluminense – UFF,
pliniolacerda@terra.com.br

Resumo: O aumento do consumo aliado à facilidade trazida pelo crédito consignado amplia o fenômeno denominado Superendividamento. O superendividado é o indivíduo de boa-fé impossibilitado de quitar suas dívidas atuais e futuras de consumo. Dessa forma, necessita de auxílio para restabelecer sua vida financeira. Portanto, o fenômeno abordado diz respeito aos casos em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas. Dentro deste cenário encontram-se as relações bancárias, cerne do presente trabalho. Importa, assim, realizar uma análise entre os contratos firmados entre bancos e consumidores, a situação do superendividamento e os efeitos na pessoa do superendividado.

Palavras-chave: Direito do Consumidor; Superendividamento; Contratos Bancários; Consumidor endividado;

OS DESAFIOS DA REFORMA TRABALHISTA

RAMOS, Jorge Orlando Sereno

Doutor em Ciências Jurídico-Sociais, Professor Titular da Universidade Cândido Mendes, Juiz do Trabalho, jorge.ramos@trt1.jus.br

MATTOS, Simone Brilhante de

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito e advogada tributarista. jusfederal.brilhante@gmail.com

Resumo: Com a Reforma Trabalhista trazida pela lei 13.467/2017 muitas questões estão sendo destacadas, e trazidas para reflexão sobre os princípios e preceitos contidos na Constituição de 1988, e que inaugurou o Estado Democrático de Direito. Neste sentido o direito do Trabalho se encontra ancorado nos tratados e convenções internacionais, como a OIT E ONU, que universalizam os direitos humanos. O direito do trabalho se alinha a estes princípios universais ao longo da história como a conquista da dignidade da pessoa humana, a inclusão social, a liberdade, dentre outros. A reforma ocorrida no ano de 2017 traz o desafio para o fortalecimento da democracia no Brasil, haja vista, o paradoxo surgido com a aludida reforma. Neste sentido o Poder Judiciário será instado a enfrentar o desafio através do procedimento de interpretação e aplicação destes princípios universais. Neste contexto a aplicação do direito na busca da justiça inclusiva citado por Dworkin, onde se destacam a atitude interpretativa e a auto-reflexão baseada na responsabilidade e na aplicação de princípios Republicanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Democracia, Constituição Federal de 1988, Reforma Trabalhista.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA MINORIAS: OS TRANSGÊNEROS

SILVA JÚNIOR, Aluísio Gomes da

*Doutor (MD, PhD) e Professor Titular. Universidade Federal Fluminense
agsilvoaj@gmail.com*

COÊLHO, Diego Henrique Damasceno

*Mestrando em Justiça Administrativa (PPGJA) – UFF
diego_coelho@id.uff.br*

CASTRO, Luiza Alves de

*Mestranda em Justiça Administrativa (PPGJA) – UFF (2018 – 2019).
castro_luiza@hotmail.com*

Resumo: A luta por acesso a direitos para a população transexual no Brasil ainda esbarra nos entraves políticos, econômicos, religiosos e sociais. O presente trabalho contextualiza, principalmente, as mudanças no campo das Políticas Públicas e as ações da Administração face à publicação da décima primeira atualização da CID, ocorrida em 18/06/2018, pela qual a OMS reconheceu a despatologização da identidade trans. Desta forma, são trazidas provocações também sobre o Processo Transexualizador, no intuito de promover atualização, num contexto ainda pouco discutido, lidando com um olhar médico e jurídico, logo científico, a respeito deste tema, que longe de se exaurir, ainda deverá ser matéria revista, estudada e rediscutida, até que haja um patamar dignificante ampliado à carta dos direitos para a população GLBT, especialmente a transexuais.

Palavras-chave: Políticas públicas, transgênero, transexualidade, lei brasileira, direitos fundamentais, CID-11.

POSITIVISMO JURÍDICO EM KELSEN, NAZISMO E NEOCONSTITUCIONALISMO: RETROSPECTO E REFLEXÃO

ASSUMPÇÃO, Daniel Brilhante de

*Bacharel em Direito. Especialização em Direito Empresarial.
mattosbrilhante@gmail.com*

MATTOS, Simone Brilhante de

*Mestre do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense
jusfederal_brilhante@gmail.com*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações entre o positivismo jurídico na visão de Hans Kelsen e as possíveis relações com o Regime Nazista. Espera-se através deste, demonstrar o neoconstitucionalismo como alternativa a uma visão positivista do Direito.

Palavras-Chaves: Direito positivo, nazismo, neoconstitucionalismo.

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E SOCIEDADE: Núcleo de Prática Jurídica como estímulo da autonomia por meio da mediação comunitária e alternativa à judicialização

ALVAREZ, Antón Lois Fernandez

Doutor em Direito, Universidade de Vigo, Professor Visitante UFF, alfa@uvigo.es

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas

Mestre em Direito, UFF, fernandafs@sempre.facig.edu.br

ANTUNES, Rosana Maria de Moraes e Silva

Mestre em Direito, UFF, rosanadvogada@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a necessidade de incentivar a autonomia social na busca da resolução de conflitos e a conseqüente desjudicialização através dos núcleos de prática jurídica. Para tanto, serão investigados os fundamentos que entremeiam a mediação, assim como a necessidade de uma mudança de paradigma na formação profissional, mais adequada e pertinente a nova sistemática processualística brasileira, com fundamentados na ética, na moralidade e na justiça. Assim, através de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e do método fenomenológico-hermenêutico, o presente estudo com fundamento nas proposições idealizadas por Habermas (1989) do agir comunicativo, trará a proposta de uma educação fundamentada em um discurso argumentativo para promover o entendimento consensual em sociedade como meio efetivo de pacificação social.

Palavras-chave: Resolução de conflito; mediação comunitária; desjudicialização.

**SAÚDE PÚBLICA, MEIO AMBIENTE E
SANEAMENTO BÁSICO NO EMBATE ENTRE
MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO
POSSÍVEL: uma análise do Recurso Especial nº
1.366.337/RS**

Dayane de Paula Baring

*Graduanda em Direito na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus
Instituto Multidisciplinar - Nova Iguaçu (IM-UFRRJ).
dayanepbaring@gmail.com*

Laura Magalhães de Andrade

*Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e
Negócios da Universidade Federal Fluminense (PPGDIN-UFF).
lauramagalhaes.adv@gmail.com*

Resumo: Este estudo analisa a proteção da saúde e do meio ambiente sob a perspectiva de que são indissociáveis do acesso ao saneamento básico, sendo todos elevados à categoria de direitos humanos fundamentais a partir da Constituição brasileira de 1988. Ademais, esta relação se coaduna com o movimento internacional de promoção da Agenda 2030 e, em particular, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 6. Para tanto, adota o Recurso Especial nº 1.366.337/RS, originalmente uma Ação Civil Pública, como caso paradigmático da necessidade de tutela judicial em face de alegações estatais de escassez orçamentária (reserva do possível), que se contrapõem ao dever de garantia do mínimo existencial.

Palavras-chave: Saúde Pública; Saneamento básico; Reserva do possível; Mínimo existencial; Poder Judiciário.

“TODO DIA UM 7 A 1 DIFERENTE”: CONSUMISMO E CONTEMPORANEIDADE

COELHO, Pedro Filíphi

Graduando em Direito
pedrofiliphi@gmail.com

COUSSEAU, Patrícia

Graduada em Administração e graduanda em Direito
patricia@maximobiliaria.com.br

LIMA, Roberta Oliveira

Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais - Universidade Federal Fluminense (UFF)
roberta_lima@id.uff.br

Resumo: Com a globalização e a expansão de sistemas econômicos direcionados ao consumo, surge, na sociedade civil contemporânea, uma necessidade ininterrupta de consumir e acumular bens materiais. Não raro, tal necessidade relaciona-se a um desejo de inclusão e aceitação social, que acaba sendo refletido na autoestima dos indivíduos e em suas relações interpessoais, haja vista seu caráter impreterível para a valorização social e cidadã. Nesse diapasão, o presente resumo tem como objetivo geral examinar elementos históricos concernentes ao consumo, de modo a diferenciar tal fenômeno do consumismo e, assim, refletir sobre sua relação aos critérios de ascensão no meio social e na cidadania do contingente populacional. Para tanto, desenvolveu-se um ensaio teórico com investigação bibliográfica e documental, utilizando-se de uma perspectiva sociojurídica do tema, pela análise de elementos do cotidiano, como a internet, as mídias sociais e a rotina de influenciadores digitais para a melhor exposição do que se pretendia. Destaca-se, ao final, a característica desfavorável do fenômeno consumista tendo em vista as derrotas fragorosas na sociedade por ele pro-

vocadas, que vem, de modo paradoxal, consumindo aqueles que enveredam por seus caminhos.

Palavras-chave: Consumo; cidadania; consumismo.

TRABALHO DA GESTANTE NOS LOCAIS INSALUBRES: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA VISÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A SAÚDE

VELOSO, Carla Sendon Ameijeiras

*Doutoranda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida;
carlaameijeiras@gmail.com*

SILVA, Luine Leone Lima da

*Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes;
luine_lls@hotmail.com*

SILVA, Luize Leone Lima da

*Graduanda em Enfermagem pela Universidade UNIGRANRIO,
luizeleone@hotmail.com*

Resumo: O presente estudo tem objetivo a abordagem referente à gestante no ambiente de trabalho insalubre e a aplicabilidade do artigo 394-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, após a entrada em vigor da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Visa, dessa forma, analisar o tema sob o aspecto protetivo especial dado a mulher gestante em relação ao ambiente de trabalho insalubre, simultaneamente com a Norma Regulamentadora nº. 15, do Ministério do Trabalho. Será utilizado uma visão interdisciplinar através do estudo desta relação de emprego, sob a égide da proteção do ser humano a saúde como direito fundamental.

Palavras-chaves: artigo 394-A, CLT; direitos fundamentais; Lei 13467/2017; direito do trabalho; saúde da mulher.

O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E OS DIREITOS SEXUAIS

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas

*Doutoranda em Justiça Administrativa, UFF,
fernandafranklinseixas@gmail.com*

SILVA, João Pedro Schuab Stangari

*Graduando em Direito, FACIG - Manhuaçu,
joaopedroschuab@gmail.com*

CARVALHO, João Victor Augusto Caetano de

*Graduando em Direito, FACIG - Manhuaçu,
joaovictorrccfm@gmail.com*

Resumo: O presente trabalho tem como análise a dicotomia entre o fundamentalismo religioso e os direitos sexuais. Partindo da premissa Foucaultiana sobre a história da sexualidade, será estudada a condição da liberdade de escolha de conduta sexual nos dias atuais e com isso os desdobramentos na legislação brasileira referente. Assim, o que se deseja em tal estudo, é a análise da perspectiva do referido confronto, passando por um viés histórico das políticas de controle sexual religiosas, culminando no panorama atual. Para tanto, será feita uma pesquisa de cunho bibliográfica, utilizando-se do método fenomenológico-hermenêutico, refletindo sobre as concepções de moral, sexualidade e religião, com a sua influência em diversos setores da sociedade, como a família, trabalho, educação e poder político.

Palavras Chave: Sexualidade; Fundamentalismo religioso; Diversidade.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INTERNET DAS COISAS (*IoT*) NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES INTELIGENTES

BATISTA, Babyane Maria Gomes

*Graduanda em Direito pela Faculdade Paraíso.
mariababi06@gmail.com*

SILVA, Daniela Juliano

*Doutora e Mestra em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
danjulsil@yahoo.com*

RANGEL, Tauã Lima Verdan

*Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
taua_verdan2@hotmail.com*

Resumo: A Internet das Coisas (*IoT*) proporciona aos objetos com capacidade computacional, sua conexão à internet. Essa conexão possibilita seu controle remoto, sendo possível detectar seu contexto, controlá-lo, trocar informações, acessar serviços da internet e interagir com pessoas. Nesse cenário, para além das geladeiras conectadas à internet, surgem outras possibilidades, tais como, o desenvolvimento de cidades inteligentes (*smart cities*), novas soluções em saúde (*smart healthcare*) e casas inteligentes (*smart home*). Diante desse universo de probabilidades que certamente causarão impacto em todas as relações, muitos desafios emergem e impõem reflexões a respeito de sua padronização, segurança e regulação. O presente artigo pretende se debruçar sobre essas principais questões, no que, em termos metodológicos, partir-se-á de um método indutivo e histórico, tendo como técnica de pesquisa, o referencial bibliográfico presente nas lições de Komninos (2002) e Francisco (2016). Um olhar sobre a construção de uma legislação que abrace a Internet das Coisas no Brasil também será foco do presente

estudo, contribuindo para o reconhecimento de tão importante discussão no cenário jurídico de nosso país.

Palavras-chave: Internet das coisas (IoT); Cidades inteligentes.

AUTONOMIA PESSOAL E DIREITO NUMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA

CADIER, Alex

*Mestre em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis. UNISUAM.
alexcadier@gmail.com*

PINTO, Anna Carolina Cunha

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
annacarolinapinto@id.uff.br*

CARDOSO, Cristina Leite Lopes

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
criskikacardoso@yahoo.com.br*

Resumo: Pretende-se fazer aqui uma breve reflexão acerca da viabilidade do exercício da autonomia, segundo Francisco Javier Laporta, dentro de um contexto biopolítico de acordo com as ideias Michel Foucault. Busca-se compreender a relação possível entre autonomia pessoal, direito e biopolítica. Pretende-se construir um diálogo entre o conceito de autonomia na forma compreendida por Laporta, através da sua procura por uma fundamentação moral de todo o complexo sistema de leis e instituições que compõe o Direito, e a biopolítica de Foucault, em especial no impacto gerado pelo poder que a gestão das massas exerce sobre a subjetividade das pessoas, bem como o nível do controle operado e viabilizado através de instrumentos como a estatística, o cálculo e a polícia. Afinal, até que ponto seres autônomos são interessantes e até mesmo viáveis em um cenário tão fortemente marcado pela biopolítica como a que vivemos.

Palavras-chave: biopolítica, teoria do direito, autonomia